

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. “Em recuperação judicial”, com sede na Avenida Brasil, 3141, no município e Estado do Rio de Janeiro, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros, sob o código RPMG3. A Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. “Em recuperação judicial” é controlada pela XOROQUE Participações S.A. companhia de capital fechado.

A **Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. “Em recuperação judicial”** tem por objeto social: (i) exploração, no Estado do Rio de Janeiro, de uma refinaria de petróleo e de outras indústrias conexas ou independentes, desde que não obstadas por ato do Governo Federal; (ii) importação de petróleo crus, venda de derivados de petróleo no País e sua exportação, quando autorizada; (iii) prestação de serviços relacionados com a atividade de refino; e (iv) armazém geral.

1.1. RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 15 de maio de 2015 a Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. – Em Recuperação Judicial, em vista da situação financeira desfavorável em que se encontrava, dos prejuízos já acumulados e dos vencimentos das obrigações operacionais e fiscais, ajuizou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, pedido de recuperação judicial perante o Juízo da 5ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Juízo da Recuperação” – Processo no 0220184-63.2015.8.19.0001, em conjunto com as suas controladas Manguinhos Distribuidora S.A. – Em Recuperação Judicial, Manguinhos Química S.A. – Em Recuperação Judicial e Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda. – Em Recuperação Judicial, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei no 11.101/05. Consequentemente, a Companhia e suas controladas tiveram seu Plano de Recuperação Judicial aprovado em assembleia de credores realizada em 16 de dezembro de 2016, e homologado pelo Juízo da 5ª Vara Empresarial da Comarca e Estado do Rio de Janeiro em 07 de julho de 2017 (publicado no Diário Oficial do Rio de Janeiro em 17/07/2017).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Declaração de Conformidade

As Demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para as demonstrações individuais e consolidadas e as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB)) para as demonstrações consolidadas e, evidenciam somente as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da demonstração do valor adicionado – DVA, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Companhias Abertas. Para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2. CONSOLIDAÇÃO

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as Sociedades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que ocorre a transferência de controle acionário.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda no ativo transferido.

Nas demonstrações contábeis da Companhia, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Em 30 de dezembro de 2017 e 2016 as demonstrações contábeis consolidadas compreendem as informações contábeis da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. – e “Em Recuperação Judicial” e das controladas:

Empresas	Participação no capital
Manguinhos Distribuidora S.A. – Em Recuperação Judicial.	99,04%
Manguinhos Química S.A. – Em Recuperação Judicial. (*)	100,00%
Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda. – Em Recuperação Judicial. (*)	1,00%
(*) Empresa com atividade operacional paralisada.	

2.3. Conversão de moeda estrangeira**(a) Moeda funcional**

A moeda funcional da **REFINARIA DE PETRÓLEO DE MANGUINHOS S.A. “Em Recuperação judicial”** e de suas controladas no Brasil é o real. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas em moeda funcional, são convertidos pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, com prazos de vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. Esses valores estão

demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações.

2.5. Contas a Receber de clientes

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pelas vendas de produtos e serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com base no método de taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*, se necessária.

A provisão para perdas com créditos (*impairment*) é fundamentada em análise dos créditos pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

2.6. Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques “custo médio ponderado”. As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são contabilizadas quando consideradas necessárias pela administração.

2.7. Outros ativos circulantes e não circulantes

Os tributos a recuperar encontram-se demonstrados pelos respectivos valores de recuperação e estão compostos substancialmente por: PIS, COFINS, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, CIDE, imposto de renda e outros impostos a recuperar.

As despesas antecipadas representam principalmente despesas com seguros inerentes às operações da Companhia.

2.8. Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil fiscal de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

2.9. Contas a pagar fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido até o final do exercício subsequente (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longos). Caso contrário, e quando aplicável essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10. Empréstimos e Financiamentos

Empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transações. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"). Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto, quando aplicável, pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após o término do exercício seguinte à data de encerramento do balanço das informações anuais.

2.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (a) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar uma obrigação; (c) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidar é determinada levando em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo com a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor em dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação quando em atraso é reconhecida em resultado como despesa financeira.

2.12. Reconhecimento da receita

As receitas com vendas representam o valor justo recebido ou a receber pela venda de produtos ou serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é apresentada líquida dos descontos incidentes sobre esta, sendo que os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são reconhecidas e contabilizadas e os descontos sobre venda quando conhecidos.

(a) Venda de Produtos

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e (iii) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

(b) Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e premissas que apresentam probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão descritas abaixo:

(a) Provisão para perdas de estoques

A provisão para perdas de estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução dos inventários físicos em sua planta industrial.

(b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Essa provisão é fundamentada em análise de histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber.

(c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, como resultado de acontecimento passado, é provável uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos assessores jurídicos externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como: (a) prazo de prescrição quando aplicável e (b) conclusões de inspeções fiscais.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Uma das principais responsabilidades da administração da Companhia é o gerenciamento, dentro de uma política global, das exposições aos riscos de crédito e de liquidez. Nesse contexto, a Companhia mantém operações financeiras, cujos riscos são administrados por meio de estratégias e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos.

4.1 Riscos de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

5. CONTAS A RECEBER.

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Contas a Receber	426.744	250.882	417.051	234.930
Duplicatas Descontadas	-	-	-	(60)
	426.744	250.882	417.051	234.930
(-) Perdas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-
Contas a Receber	(1.454)	(17.693)	(1.454)	(1.581)
	(1.454)	(17.693)	(1.454)	(1.581)
Total	425.290	233.189	415.597	233.349
Circulante	415.986	233.189	415.597	233.349
Não Circulante	9.304	-	-	-

5.1. Movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Saldo inicial	(17.693)	(17.693)	(1.581)	(3.750)
Adições	-	-	-	-
Reversões	16.239	-	127	2.169
Circulante	(1.454)	(17.693)	(1.454)	(1.581)

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída para créditos de difícil realização e de acordo com avaliação da Administração da Companhia é suficiente para cobertura de eventuais perdas.

5.2. Contas a receber por idade de vencimento

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Títulos a vencer	164.815	186.521	155.125	186.741
Títulos até 30 dias	161.642	42.363	161.639	42.363
Títulos de 31 a 60 dias	98.833	4.305	98.833	4.305
Títulos acima de 91 dias	1.454	17.693	1.454	1.581
Circulante	426.744	250.882	417.051	234.990

6. ESTOQUES

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Matéria-prima	26.176	12.173	35.861	12.173
Estoque próprio em poder de terceiros (i)	76.749	77.202	77.194	75.897
Produtos acabados	36.329	13.930	36.329	23.205
Circulante	139.254	101.939	149.384	111.275

(i) Refere-se aos estoques de matéria prima armazenados em depósitos de terceiros.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
ICMS a Recuperar	-	-	122	105
CIDE a Recuperar	1.297	-	1.297	-
PIS s/ Insumos (i)	-	-	1.742	1.737
Cofins s/ Insumos (i)	-	-	8.174	7.992
Circulante	1.297	-	11.335	9.834

(i) Refere-se, a créditos na aquisição de Álcool Anidro e Álcool Hidratado.

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
PIS s/ Insumos	-	-	934	934
Cofins s/ Insumos	-	-	4.300	4.300
Não Circulante	-	-	5.234	5.234

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Outros valores a receber (i) (nota 10)	73.287	46.535	73.466	46.712
Títulos a receber - Precatório	-	795	-	795
Circulante	73.287	47.330	73.466	47.507

(i) Refere-se à administração do fluxo de caixa das operações referentes a contas a pagar e a receber e gerenciamento de saídas e entradas de recursos da Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. "Em Recuperação Judicial" e suas controladas.

9. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Adiantamentos a Fornecedores	2.602	1.366	5.516	4.114
Adiantamentos p/ importação (i)	304.188	46.351	304.188	46.351
(-) Provisão p/ Credito de Liquidação Duvidosa	(1.431)	(305)	(4.173)	(3.044)
Circulante	305.359	47.412	305.531	47.421

(i) Adiantamentos realizados para aquisição de matéria prima para utilização na produção de Gasolina.

9.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PERDAS EM CRÉDITO DE LIQUIDACÃO DUVIDOSA

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Saldo inicial	(305)	(305)	(3.044)	(2.990)
Adições	(1.991)	-	(2.001)	(223)
Reversões	865	-	872	169
Circulante	(1.431)	(305)	(4.173)	(3.044)

10. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	Contas a Receber		Contas a Pagar		Empréstimos a Pagar		Empréstimos a Receber	
Descrição	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Manguinhos Distribuidora S.A.	9.840	15.992	-	-	41.558	41.558	9.870	4.365
Manguinhos Química S.A.	145	247	-	-	-	-	2.247	721
Gasdiesel Distribuidora de Petróleo S.A – Em Recup. Judicial	-	-	-	-	-	-	8.313	7.594
Fera Lubrificantes Ltda.	292.042	149.804	-	-	-	-	-	-
AML Logística S.A	-	-	287	330	-	-	-	-
Yield Financial Services S.A.	73.287	46.535	417	-	-	-	-	-
76 Oil Distribuidora de Comb. Ltda.	123.260	83.385	-	-	-	-	-	-
Martinez, Andrade e Cesnik Advogados Associados	-	-	4.534	-	-	-	-	-
Axa Oil Petróleo Ltda.	3.885	1.241	1.911	4.415	-	-	-	-
Total	502.459	297.204	7.149	4.745	41.558	41.558	20.430	12.680

	Estoque		Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC		Receitas		Despesas	
Descrição	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	01.01.2017 31.12.2017	01.01.2016 31.12.2016	01.01.2017 31.12.2017	01.01.2016 31.12.2016
Manguinhos Distribuidora S.A.	143	617	7.002	7.002	-	-	-	-
AML Logística S.A	-	-	-	-	-	-	22	19.071
Magro Advogados Associados	-	-	-	-	-	-	6.217	-
JMAGRO Consultoria e Empreendimentos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	354
GMAGRO Transportes Rodoviários EIRELI	-	-	-	-	-	-	4.822	36
Fera Lubrificantes Ltda.	-	134	-	-	906.258	792.886	155	-
Martinez, Andrade e Cesnik Advogados Associados	-	-	-	-	-	-	6.171	2.990
Yield Financial Services S.A.	-	-	-	-	-	-	461	26
76 Oil Distribuidora de Comb. Ltda.	7.084	22.868	-	-	799.883	441.987	-	-
Total	7.227	23.619	7.002	7.002	1.706.141	1.234.873	17.848	22.477

11. INVESTIMENTOS

As participações diretas da Companhia estão demonstradas abaixo:

CONTROLADORA						
Empresas Controladas	Capital Social	Passivo a Descoberto	Resultado do Exercício	% de Participação	Equivalência Patrimonial	31.12.2017 31.12.2016 Valor do Investimento
Manguinhos Distribuidora S.A. – Em Recuperação Judicial	120.548	(133.491)	9.340	99,035%	9.249	(132.203) (141.452)
Manguinhos Química S.A. – Em Recuperação Judicial	5.749	(22.422)	(161)	100,00%	(161)	(22.422) (22.261)
Gasdiesel Distribuidora de Petróleo Ltda. – Em Recuperação Judicial	4.500	(25.910)	(1.732)	1,00%	2	(259) (261)
	130.797	(181.823)	7.447	-	9.090	(154.884) (163.974)

12. IMOBILIZADO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

Compõem como segue:

CUSTO DE AQUISIÇÃO - CONTROLADORA

	Terrenos	Imóveis	Instalações	Máquinas Equipamento	Equip.Armaz Transf.	Móveis	Veículo	Equipamento Informática	Benfeitoria	Total	Bens em Andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	95.181	27.091	129.479	18.933	25.714	5.892	439	10.125	29.428	342.282	-	342.282
(+) Adições	-	-	58	1.384	-	105	-	458	54	2.059	8.606	10.665
Saldos em 31 de dezembro de 2017	95.181	27.091	129.537	20.317	25.714	5.997	439	10.583	29.482	344.341	8.606	352.947

DEPRECIACÃO ACUMULADA - CONTROLADORA

	Terrenos	Imóveis	Instalações	Máquinas Equipamento	Equip.Armaz Transf.	Móveis	Veículo	Equipamento Informática	Benfeitoria	Total	Bens em Andamento	Total
Vida útil dos ativos imobilizados		10 a 30 anos	10 a 30 anos	6 a 8 anos	6 a 8 anos	2 a 6 anos	5 anos	1 a 3 anos				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	(21.687)	(111.737)	(13.518)	(21.366)	(5.807)	(439)	(10.076)	(6.127)	(190.757)	-	(190.757)
(+) Adições	-	(1.020)	(11.687)	(1.841)	(2.078)	(122)	-	(103)	(1.177)	(18.028)	-	(18.028)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	(22.707)	(123.424)	(15.359)	(23.444)	(5.929)	(439)	(10.179)	(7.304)	(208.785)	-	(208.785)

IMOBILIZADO LÍQUIDO - CONTROLADORA

	Terrenos	Imóveis	Instalações	Máquinas Equipamento	Equip.Armaz Transf.	Móveis	Veículo	Equipamento Informática	Benfeitoria	Total	Bens em Andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	95.181	5.404	17.742	5.415	4.348	85	-	49	23.301	151.525	-	151.525
Saldos em 31 de dezembro de 2017	95.181	4.384	6.113	4.958	2.270	68	-	404	22.178	135.556	8.606	144.162

CUSTO DE AQUISIÇÃO - CONSOLIDADO

	Terrenos	Imóveis	Instalações	Máquinas Equipamento	Equip.Armaz Transf	Móveis	Veículo	Equipamento Informática	Benfeitoria	Total	Bens em Andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	103.035	28.238	130.985	20.071	26.266	6.491	528	10.557	30.562	356.733	-	356.733
(+) Adições	-	-	58	1.734	-	105	-	458	54	2.409	8.810	11.219
Saldos em 31 de dezembro de 2017	103.035	28.238	131.043	21.805	26.266	6.596	528	11.015	30.616	359.142	8.810	367.952

DEPRECIACÃO ACUMULADA - CONSOLIDADO

	Terrenos	Imóveis	Instalações	Máquinas Equipamento	Equip.Armaz Transf	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamento Informática	Benfeitoria	Total	Bens em Andamento	Total
Vida útil dos ativos imobilizados		10 a 30 anos	10 a 30 anos	6 a 8 anos	6 a 8 anos	2 a 6 anos	5 anos	1 a 3 anos				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	(22.831)	(113.166)	(14.651)	(21.919)	(6.407)	(528)	(10.498)	(7.258)	(197.258)		(197.258)
(+) Adições	-	(1.020)	(11.689)	(1.850)	(2.078)	(122)	-	(106)	(1.177)	(18.042)	-	(18.042)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	(23.851)	(124.855)	(16.501)	(23.997)	(6.529)	(528)	(10.604)	(8.435)	(215.300)	-	(215.300)

IMOBILIZADO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

	Terrenos	Imóveis	Instalações	Máquinas Equipamento	Equip.Armaz Transf	Móveis e Utensílios	Veículos	Equipamento Informática	Benfeitoria	Total	Bens em Andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	103.035	5.407	17.819	5.420	4.347	84	0	59	23.304	159.475	-	159.475
Saldos em 31 de dezembro de 2017	103.035	4.387	6.188	5.304	2.269	67	0	411	22.181	143.842	8.810	152.652

13. FORNECEDORES

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Fornecedores (Recuperação Judicial) (i)	3.106	3.549	9.409	9.473
Fornecedores de Mercadorias	3.281	7.365	3.281	7.365
Fornecedores de uso e consumo e outros	13.496	5.257	14.599	5.978
Subtotal	19.883	16.171	27.289	22.816

(i) Fornecedores incluídos no Plano de Recuperação Judicial, aprovado em 16 de dezembro de 2016, e homologado pelo Juízo da 5ª Vara Empresarial da Comarca e Estado do Rio de Janeiro.

14. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Empréstimos e Financ. Bancários (nota 14.1)	12.676	4.686	21.658	18.425
Empréstimos com Pessoa Jurídica	-	-	1.567	1.567
Circulante	12.676	4.686	23.225	19.992

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Empréstimos e Financ. Bancários (nota 14.1)	-	6.691	2.358	11.879
Empréstimos <i>Intercompany</i> (nota 10)	41.558	41.558	-	-
Empréstimos com Pessoa Jurídica	-	-	15.650	15.650
Não Circulante	41.558	48.249	18.008	27.529

14.1. COMPOSIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Agro Brasil e Precatórios Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não padronizados ("Fundo Agro") (i)	12.676	11.377	12.676	11.377
Banco Melrose Sofisa	-	-	-	4.756
Banco BVA	-	-	2.064	2.064
BIC Banco	-	-	2.610	2.610
Banco Intermedium	-	-	1.626	1.626
Banco Daycoval	-	-	1.047	1.047
Banco Cédula	-	-	826	826
Banco Safra	-	-	614	614
Banco Opinião	-	-	196	196
Circulante	12.676	11.377	21.658	25.116

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Banco Melrose Sofisa	-	-	-	2.830
Banco BVA	-	-	1.380	1.380
BIC Banco	-	-	626	626
Banco Daycoval	-	-	352	352
Não Circulante	-	-	2.358	5.188

(i) Em 03 de novembro de 2011, o Banco KDB do Brasil S.A. ("Banco KDB") transferiu eletronicamente a cédula de crédito ao Agro Brasil e Precatórios Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não padronizados ("Fundo Agro"), por meio do sistema de negociações da CETIP S.A. - MERCADOS ORGANIZADOS; o mesmo está incluído no Plano de Recuperação Judicial, aprovado em 16 de dezembro de 2016, e homologado pelo Juízo da 5ª Vara Empresarial da Comarca e Estado do Rio de Janeiro.

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Estadual				
ICMS ST a Recolher	1.859.126	1.358.711	1.867.474	1.367.058
ICMS a Recolher	483.081	186.562	490.980	194.301
	2.342.207	1.545.273	2.358.454	1.561.359
Federal				
CIDE a Recolher	46.311	53.912	46.311	53.912
PIS e COFINS a Recolher	285.209	123.029	310.571	147.275
Contribuições Sociais a Recolher	28.849	29.050	29.173	29.329
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	531	2.053	994	2.501
Parcelamento PERT Lei 783/2017 (a)	81.990	43.591	82.722	43.851
Imposto de Renda e CSLL a Recolher	36.833	31.567	41.331	47.008
Parcelamento ANP (b)	600	600	718	719
Parcelamento CVM	624	271	624	271
Outros	129	-	1.245	1.113
	481.076	284.073	513.689	325.979
Municipal				
ISS	159	301	176	319
	159	301	176	319
Circulante	2.823.442	1.829.647	2.872.319	1.887.657

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Parcelamentos – ANP (b)	606	1.206	725	1.443
Parcelamento - CVM	209	725	209	725
Parcelamento da Lei 7.166 /15 – ICMS	-	584.915	-	586.009
Impostos Diferidos (c)	36.007	41.273	36.007	41.273
Parcelamento PERT Lei 783/2017 (a)	-	-	8.867	-
Outros Parcelamentos	2.245	-	3.073	441
Não Circulante	39.067	628.119	48.881	629.891

A Companhia, desde a publicação do Decreto do Governador do Estado do Rio de Janeiro, passou a enfrentar dificuldades operacionais, quanto ao não cumprimento de algumas obrigações que levaram a solicitar recuperação judicial. Nesse sentido, a Administração da Companhia através de seus assessores jurídicos, no intuito de resguardar os direitos dos acionistas, vem trabalhando na reversão dos fatos acima e também na reparação das perdas / prejuízos ocasionados. Através do processo - Ação Indenizatória nº 0420150-07.2015.8.19.0001 – 2ª Vara de Fazenda Pública e Processo de anulação do decreto de desapropriação no STF nº ACO 2162/SP.

(a) PERT - PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Em 18 de agosto de 2017 a Companhia e sua controlada Manguinhos Distribuidora S.A. realizaram adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária instituída pela Medida Provisória n.º 783 de 2017 e convertida na Lei nº 13.496, de 24 de outubro de 2017, de débitos de natureza tributária e não tributária, no âmbito Federal, vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive aqueles objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou provenientes de lançamento de ofício.

(b) PARCELAMENTO ANP

Parcelamentos celebrados no exercício de 2015, através dos Processos Administrativos 486100045040561 e 486100204050118 e auto de infração 114.110.2012.33.39.4613.

(c) IMPOSTOS DIFERIDOS

Refere-se ao imposto de renda e contribuição social apurado pela Companhia no custo atribuído (valorização) dos bens do ativo imobilizado, cuja realização está relacionada com apuração da depreciação.

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Controladora

Descrição	Contingências	Depósito Judicial	Compensações	Líquido	
	31.12.2017	31.12.2017	31.12.2017	31.12.2017	31.12.2016
Contingências Trabalhistas	6.930	(540)	-	6.390	6.490
Contingências Cíveis	48.485	-	-	48.485	49.340
Contingências Fiscais	376.132	-	-	376.132	917
Precatório (i)	412.522	-	(412.522)	-	-
Não Circulante	844.069	(540)	(412.522)	431.007	56.747

Consolidado

Descrição	Contingências	Depósito Judicial	Compensações	Líquido	
	31.12.2017	31.12.2017	31.12.2017	31.12.2017	31.12.2016
Contingências Trabalhistas	10.277	(540)	-	9.737	9.921
Contingências Cíveis	62.779	-	-	62.779	63.675
Contingências Fiscais	448.332	(2.179)	-	446.153	70.571
Precatório (i)	458.464	-	(458.164)	300	300
Não Circulante	979.852	(2.719)	(458.164)	518.969	144.467

(i) A Companhia e suas controladas utilizaram precatórios desde o exercício de 2007 a presente data para compensação das obrigações fiscais - *estaduais*. Entretanto no intuito de preservar seu patrimônio diante de uma eventual execução fiscal⁽¹⁾, passou a controlar em contas contábeis os direitos e obrigações já utilizados até sua homologação por parte das autoridades fiscais.

(1) ***Eventual execução fiscal será garantida e satisfeita com os precatórios, possibilidade está reconhecida pelos Tribunais, conforme se verifica através da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o qual reconhece que o precatório vencido e não pago pelo Estado exequente equivale a dinheiro (Resp 365.095/ES, Resp 546247/DF e Embargos de divergência em Recurso Especial nº 852.425/RS).***

A Companhia é parte envolvida em ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente na esfera tributária, que se encontra em vários estágios de julgamento. A Administração, de acordo com a Deliberação CVM no 489/05, adota procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- Para causas cujo desfecho negativo para a Sociedade seja considerado como provável, são constituídas provisões;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Sociedade seja considerado como possível, as informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, e

- Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como remoto, somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

Portanto para fazer face eventuais perdas, são constituídas provisões para contingências, apresentadas acima líquidas de depósitos judiciais e julgadas pela Administração da Companhia e suas controladas, e por seus consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza e tiveram, neste trimestre, a seguinte evolução:

Controladora			
Descrição	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas
Saldos em 31 de dezembro de 2016	917	49.340	7.030
(+) Adições	-	-	-
(-) Reversões	-	817	-
(+/-) Transferência (i)	375.215	-	-
(-) Baixas por pagamento	-	38	100
Saldos em 31 de dezembro de 2017	376.132	48.485	6.930

Consolidado			
Descrição	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas
Saldos em 31 de dezembro de 2016	72.750	63.675	10.461
(+) Adições	367	-	-
(-) Reversões	-	5.467	-
(+/-) Transferência	375.215	-	-
(-) Baixas por pagamento	-	38	184
Saldos em 31 de dezembro de 2017	448.332	58.170	10.277

(i) Refere - se aos valores que haviam sido incluídos no parcelamento da Lei no 7.116/15 instituído pelo Governo Estadual do Rio de Janeiro cujo parcelamento não foi homologado.

Reclamações Trabalhistas (Controladora)

No geral, as principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra a Companhia referem-se a indenizações por acidente de trabalho e doenças ocupacionais, além de discussões que envolvem principalmente horas extras e equiparações. Em 31 de dezembro de 2017 existem diversas ações judiciais trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nas ações trabalhistas em andamento é de aproximadamente R\$ 11.888 mil. Do valor total da contingência na esfera judicial, estima a Administração da Sociedade que (i) R\$ 6.930 mil referem-se à chance provável de perda e (II) R\$ 4.858 mil refere-se à chance possível e remota de perda.

Processos Cíveis (Controladora)

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia era ré de ações de natureza cível, cujo valor em andamento é de R\$ 67.444 mil. Do total da contingência, estima a Administração da Sociedade que (i) R\$ 48.485 mil, refere-se à chance de perda provável e (ii) R\$ 18.921 mil refere-se à chance possível e remota de perda.

Processos Fiscais (Controladora)

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia figurava como ré em ações de natureza tributária administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 1.303.555 mil. Do valor total da contingência fiscal, (i) R\$ 376.132 mil refere-se à chance provável de perda, em diversas ações; (ii) R\$ 191.525 mil refere-se à chance possível de perda em diversas ações e (iii) R\$ 735.898 mil refere-se a contingências avaliadas em perdas remotas.

17. PASSIVO A DESCOBERTO (CONTROLADORA)

17.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 208.714 mil (duzentos e oito mil, setecentos e quatorze), equivalente a 67.691.629 (sessenta e sete milhões, seiscentos e noventa e um mil, seiscentos e vinte e nove) ações ordinárias sem valor nominal.

17.2. Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 19.528 mil refere-se a incentivos fiscais de R\$ 14.821 mil, Reserva especial – Lei nº 8.200/91 de R\$ 4.925 mil e doações de R\$ 6 mil.

17.3. Ações em tesouraria

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 14 de abril de 2003, foi autorizado aquisição pela Companhia de ações próprias no montante de R\$ 224 mil. Em decorrência da baixa liquidez, essas ações podem não apresentar valor de mercado. A aquisição visa à possível permanência em tesouraria ou seu cancelamento.

18. RESULTADO BRUTO

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Receita Bruta de Venda				
Gasolina A	1.579.871	1.566.118	1.579.871	1.566.119
Diesel	126.270	40.497	126.270	40.497
Álcool Hidratado	-	-	2.388	1.272
Serviços de Industrialização	-	11.355	-	11.355
	1.706.141	1.617.970	1.708.529	1.619.243
Deduções				
(-) Impostos incidentes de vendas	(1.011.249)	(906.784)	(1.013.170)	(907.199)
(-) Descontos Com. e Devoluções de vendas	(1.111)	(500)	(1.111)	(500)
Receita líquida de vendas	693.781	710.686	694.248	711.544
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(718.172)	(900.082)	(719.398)	(900.659)
Resultado Bruto	(24.391)	(189.396)	(25.150)	(189.115)

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Recursos Humanos	(29.612)	(42.829)	(30.860)	(43.329)
Serv. Prestados Pessoa Jurídica (nota 19.1)	(92.193)	(59.972)	(93.766)	(62.224)
Materiais de Consumo	(4.654)	(15.186)	(4.787)	(15.187)
Consumo de Utilidades (i)	(3.342)	(2.507)	(3.549)	(2.708)
Depreciação e Amortização (nota 12)	(18.028)	(18.292)	(18.042)	(18.295)
Frete e Carretos	(57.233)	(47.150)	(57.320)	(47.240)
Outras despesas c/Importação	(21.287)	(2.843)	(21.287)	(2.843)
Propaganda e Publicidade	(13.111)	(2.346)	(13.111)	(2.346)
Impostos e Taxas (nota 19.2)	(21.442)	(247.444)	(21.794)	(260.518)
Provisões Diversas	(80)	-	(343)	(180)
Outras Despesas	(4.913)	(11.048)	(6.556)	(11.428)
	<u>(265.895)</u>	<u>(449.617)</u>	<u>(271.415)</u>	<u>(466.298)</u>

(i) Representado pelas despesas com Energia Elétrica e Água;

19.1. SERVIÇOS PRESTADOS PESSOA JURIDICA

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Serviços de Armazenagem	(40.391)	(26.313)	(40.391)	(26.313)
Serv. Consultoria Informática e Auditoria	(6.095)	(5.277)	(6.341)	(5.317)
Serviços Técnicos	(7.715)	(5.995)	(7.715)	(5.995)
Serviços de Manutenção e Consertos	(2.897)	(810)	(3.039)	(814)
Honorários Advocatícios	(30.328)	(17.084)	(31.240)	(19.113)
Outros	(4.767)	(4.493)	(5.040)	(4.672)
	<u>(92.193)</u>	<u>(59.972)</u>	<u>(93.766)</u>	<u>(62.224)</u>

19.2. IMPOSTOS E TAXAS

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
IPTU	(848)	(311)	(952)	(407)
Impostos e taxas diversas (i)	(9.009)	(9.102)	(9.172)	(20.769)
Taxa AFRMM	(5.921)	(9.236)	(5.921)	(9.236)
Taxa Siscomex	(26)	(41)	(26)	(41)
Taxas c/ Importação	(5.249)	(31.440)	(5.249)	(31.440)
Despesas c/ ICMS parcelamento	-	(196.918)	-	(198.228)
Outras	(389)	(396)	(474)	(397)
	<u>(21.442)</u>	<u>(247.444)</u>	<u>(21.794)</u>	<u>(260.518)</u>

(i) Representado basicamente pela cobrança de algumas parcelas pendentes do FORO pela utilização do terreno da União.

20. RESULTADO FINANCEIRO

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Receitas financeiras</u>				
Descontos recebidos	15.318	328	28.972	328
Variações cambiais ativas	11.453	29.596	11.453	29.596
Juros ativos (i)	28.480	2.630	28.480	2.630
Outras	379	23	379	23
	<u>55.630</u>	<u>32.577</u>	<u>69.284</u>	<u>32.577</u>

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Despesas bancárias	(61)	(108)	(70)	(114)
Variações monetárias passivas	-	-	(58)	(105)
Variações cambiais passivas	(7.149)	(4.839)	(7.149)	(4.839)
Juros passivos	(2.670)	(3.512)	(3.042)	(10.052)
Despesas de <i>Ad valorem</i>	(437)	-	(437)	-
Outros	(5.994)	(54)	(5.995)	(58)
	<u>(16.311)</u>	<u>(8.513)</u>	<u>(16.751)</u>	<u>(15.168)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>39.319</u>	<u>24.064</u>	<u>52.533</u>	<u>17.409</u>

(i) Refere-se a cobrança de juros do valor a receber de clientes.

21. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
<u>Outras Receitas Operacionais</u>				
Receitas com Precatório	-	62.629	-	62.629
Reversão de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	16.012	-	-	-
Ganho de Estoque	26.209	17.678	26.209	17.678
Reversão de dívida	-	2.584	4.650	2.585
Outros	253	151	2.172	2.091
	<u>42.474</u>	<u>83.042</u>	<u>33.031</u>	<u>84.983</u>

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
<u>Outras Despesas Operacionais</u>				
Diversos	(562)	(19)	(562)	(15)
Perda de Contingências	(2.415)	-	(7.024)	-
Perda de Estoque	(17.015)	(7.437)	(17.015)	(7.436)
	(19.992)	(7.456)	(24.601)	(7.451)
	22.482	75.586	8.430	77.532

22. HONORÁRIOS DA DIRETORIA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Honorários da Diretoria	(595)	(453)	(793)	(453)
	(595)	(453)	(793)	(453)

De acordo com a lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade da Assembleia Geral fixar a remuneração global anual dos administradores, procedimento cumprido conforme Ata de Assembleia Geral.

23. COMPROMISSO AMBIENTAL

(a) Licença de Operação

Em 12 de agosto de 2011 a “Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA”, no uso de suas atribuições concede licença de operação e recuperação, que teve sua validade prorrogada automaticamente, na forma do art. 28 do Decreto Estadual 44.280/2014, para realizar as atividades de tratamento de Nafta, fabricação de gasolina, solventes especiais, GLP, querosene, diesel, Óleo Combustível, oriundos da condensação de petróleo e nafta e recuperação ambiental da área impactada com passivo decorrente da contaminação do solo e águas subterrâneas.

24. CERTIFICAÇÕES

(a) CERTIFICAÇÃO NBR ISO 14001

Em 06 de Outubro de 2011 a **Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. “Em Recuperação Judicial”** foi auditada pela Bureau Veritas Certification- Brasil e o seu Sistema de Gestão Ambiental foi recomendado para a certificação de acordo com os requisitos da NBR ISO 14001:2004, abrangendo o seguinte escopo: “Refino de Petróleo, comercialização de gasolina A, solventes especiais e outros combustíveis, estocagem de grânéis líquidos e recebimento de petróleo e seus derivados por duto, via terminal marítimo”.

25. GESTÃO DE RISCOS

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta são os seguintes:

(a) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno de suas operações, por meio da otimização da utilização de instrumentos de dívida e patrimônio.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido e passivo a descoberto da Companhia (Nota 17).

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são os seguintes:

Descrição	Controladora	
	31.12.2017	31.12.2016
Dívida (i)	(3.537.494)	(2.769.427)
Caixa e equivalentes de caixa	75	1
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	445.752	245.870
Dívida líquida	(3.091.667)	(2.523.557)
Patrimônio líquido	(2.371.970)	(2.154.065)
Índice de endividamento líquido	(5.463.637)	(4.677.622)

(i) A dívida é definida pelo somatório do passivo circulante e o passivo não circulante

(b) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Companhia não vem observando problemas de não realização relevantes e mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela sua administração para cobrir possíveis perdas.

(c) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações. A Companhia elabora uma análise dos fluxos de caixa projetados e periodicamente revisa as obrigações assumidas.

	Menos de 1 Mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses em diante	Total
<u>31 de dezembro de 2017</u>				
Caixa Equivalência de Caixa	75	-	-	75
Contas a receber de clientes	51.289	374.001	1.454	426.744
Fornecedores	(6.912)	(1.973)	(10.998)	(19.883)
	52.313	354.182	6.272	412.767
<u>31 de dezembro de 2016</u>				
Caixa Equivalência de Caixa	1	-	-	1
Contas a receber de clientes	186.521	46.668	17.693	250.882
Fornecedores	(12.622)	-	(3.549)	(16.171)
	173.990	46.668	14.144	234.712

(d) Outros tipos de instrumentos financeiros

A Companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2017, tampouco realizou operação com derivativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

(a) Acordo de Confidencialidade

Em 22 de Janeiro de 2018 a Companhia comunicou ao mercado que assinou Acordo de Confidencialidade (NDA) com a VITOL DO BRASIL LTDA. visando troca de informações entre as duas empresas com o objetivo de elaborar estudos sobre a viabilidade de se estabelecer parcerias estratégicas entre elas. O prazo estimado para a realização deste trabalho é de 180 dias e tão logo haja novas informações a companhia informará novamente o mercado.

(b) Celebração de Contrato de EPFC

Em 15 de fevereiro de 2018 a Companhia comunicou ao mercado que assinou contrato de EPFC – *Engineering, Procurement, Fabrication and Construction* – com as empresas Fluor Daniel Brasil Ltda. e CFPS Engenharia e Projetos S.A. para elaboração e execução do projeto de modernização e otimização da sua planta de refino instalada na sede da empresa no Rio de Janeiro, com capacidade de processamento de 15.000 barris/dia. O prazo estimado para elaboração do projeto básico é de 180 dias.

(c) Alteração do escriturador das ações

Em 22 de março de 2018 a Companhia comunicou ao mercado a partir de 28 de março de 2018, o Banco do Brasil S/A passará a ser o escriturador das ações de emissão da Companhia, em substituição ao Banco Itaú S/A.

* * *